

178

SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

178

MARÇO 2019

FILIADO À



**Dia Nacional de
Lutas, protestos
e paralisações**

22 DE MARÇO

CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

RUMO À GREVE GERAL

Pág. 02

CAMPANHA SALARIAL
Informes da Reunião
Ampliada do Fonasefe
Pág. 03

NACIONAL
Greve Geral,
em defesa da
aposentadoria
digna para todos
Págs. 04-05

GIRO NOS ÓRGÃOS
Ex-MTb, M.S., Ipen,
Aposentados e I Encontro
de Servidores Públicos de
São Paulo
Págs. 06-07

ATIVIDADES
08, 14 e 21 de março:
Dia de Luta das Mulheres,
Dia Marielle Franco e Dia
Internacional de Combate
à Discriminação Racial
Pág. 08

www.sindsef-sp.org.br



11 3106-6402



Vamos às ruas dia 22, rumo à Greve Geral!

Precisamos reagir aos ataques e lutar pelo direito de livre organização sindical

O governo Bolsonaro veio como um rolo compressor para atacar os serviços e os servidores públicos. As primeiras medidas - além da proposta de reforma da previdência, com regras para evitar que os trabalhadores se aposentem - desmontam o setor público, vão de encontro à autonomia e buscam enfraquecer ou mesmo impossibilitar a atuação dos órgãos.

O presidente e sua equipe sabem que os servidores possuem uma grande força de mobilização e, unidos, podem ser um entrave para a implementação da política de extrema direita, conservadora, opressora, entreguista e autoritária. Os servidores são capazes de estar na linha de frente da luta contra todos os ataques à toda classe trabalhadora. É por isso, que Bolsonaro os colocou como principal alvo, freando sua capacidade de organização através da imposição de



obstáculos aos sindicatos.

A iniciativa gravíssima mais recente por parte do governo foi a publicação da Medida Provisória nº 873, de 1º de março de 2019, na edição extra do Diário Oficial da União (D.O.U). Ela altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical, e revoga dispositivo

da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

A referida MP “determina” entaves que usurpam a liberdade coletiva de decisões dos trabalhadores e ainda impõe obstáculos operacionais para dificultar ou mesmo inviabilizar a contribuição sindical. É também uma afronta as posições do Ministério Público do Trabalho (MPT) sobre esse tema.

Mas, ela não foi publicada em um contexto aleatório. E, sim, diante da iminente votação da reforma da previdência. Os trabalhadores precisam do aparelho dos sindicatos para fazer as mobilizações em defesa da aposentadoria.

A MP nº 873/2019 revoga o item “c” do artigo 240 da Lei nº 8.112 que diz respeito ao desconto em folha do valor das mensalidades e contribuições definidas em assembleia geral da categoria. Ao desvincular o desconto da folha de pagamento e transferi-la para boleto bancário, a medida vai abalar drasticamente a receita dos sindicatos. Sem receita, os sindicatos terão dificuldade de atuar.

Diante disso, os coletivos jurídicos do Fonasefe vão se reunir para discutir o assunto. É preciso que os trabalhadores estejam atentos para defender o direito de livre organização!

Em defesa dos serviços e servidores públicos!

Entre as mudanças feitas pelo governo na perspectiva do desmonte dos serviços públicos, que prejudica não apenas os servidores, mas principalmente os trabalhadores mais humildes e setores oprimidos, estão o esvaziamento da Funai; o enfraquecimento do Inbra, do Ibama e do ICMBio; e o fim dos Ministérios da Cultura, Desenvolvimento Social, Esporte e Trabalho.

No dia da posse, em 1º de janeiro, Bolsonaro assinou a MP que transfere ao Ministério da Agricultura, comandado por uma ex-deputada ruralista,

a identificação, delimitação e demarcação de terras indígenas e quilombolas, antes atribuídas à Funai e ao Inbra, respectivamente; e também entrega nas mãos dos ruralistas o Serviço Florestal Brasileiro.

A Funai passou para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, de Damare Alves. Cultura, Desenvolvimento Social, Esporte e parte do Trabalho foram incorporados ao novo Ministério da Cidadania. Mas, o mais fatiado foi o Ministério do Trabalho. Parte dele também foi para os “super ministérios” da Justi-

ça, de Sérgio Moro, e da Economia, de Paulo Guedes.

O Ministério do Meio Ambiente sobreviveu, mas deixou de servir ao propósito. O novo ministro, Ricardo Salles, logo mostrou que veio para favorecer as mineradoras, madeireiras e o agronegócio. Pretende revisar todas as multas lavradas pelos fiscais do Ibama, o que vai reduzir a receita da Pasta e enfraquecê-la. Além disso, sem nenhuma justificativa, exonerou 21 superintendentes dos órgãos ambientais. Entre eles, estão servidores que alertaram e denunciaram crimes

ambientais, a exemplo de Júlio César Grillo, do Ibama de Minas Gerais, que alertou a Câmara de Atividades Minerárias sobre a possibilidade de rompimento da barragem da Vale em Brumadinho um mês antes do crime ambiental.

Foram muitas mudanças desastrosas em pouco tempo. É chegada a hora de reagir com força. Neste sentido, o Sindsef-SP convoca todas e todos a participar das atividades do Dia Nacional de Luta Contra a Reforma da Previdência em 22 de março! Não fique de fora!

Expediente:

JORNAL DO SINDEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - Rua Boa Vista, nº76 - 3º andar, Centro, São Paulo/SP - CEP: 01014-000
Tel.: (11) 3106-6402 | Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> | Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) | E-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br | Jornalistas responsáveis: Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL)
Coordenou esta edição: Eliana Maciel | Tiragem: 5.000 Exemplares | Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety | Fotos de capa: Romerito Pontes e Fábica Corrêa | Impressão: LTJ Editora Gráfica Ltda



Fórum define a luta contra a Reforma da Previdência como eixo central da campanha salarial

Cerca de 350 pessoas participaram da reunião, representando 18 entidades nacionais do serviço público federal, além de entidades estaduais. Foi aprovada uma pauta de reivindicações, tendo como eixo central a luta contra a reforma da Previdência.

Contra a Reforma da Previdência de Bolsonaro

- Revogação do FUNPRESP e garantia de aposentadoria integral;
- Fim da adesão automática ao FUNPRESP;
- Aprovação da PEC 555/06, que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados;
- Aprovação da PEC 56/2014, que trata da aposentadoria por invalidez;
- Extinção do fator previdenciário e da fórmula 90/100;
- Contar, no mínimo, em dobro, para redução de tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, a periculosidade e insalubridade, sem necessidade de perícia técnica individual.

Eixos gerais

- Defesa dos serviços públicos, com foco na reforma da Previdência;
- Contra as privatizações e o desmonte dos serviços públicos;
- Pela revogação da EC 95;
- Pela revogação da reforma Trabalhista e da Lei de Terceirização;
- Em defesa das liberdades democráticas e da livre manifestação e organização dos trabalhadores.

Negociação e Política Salarial

- Política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias;
- Pela garantia do direito à Data-base, em primeiro de maio. Exigir do STF o julgamento favorável do Recurso Extraordinário (RE) 565089 ((que trata sobre a indenização por falta de revisão anual dos salários);
- Direito irrestrito de greve e negociação coletiva no serviço público, com base na convenção 151 OIT.
- Pela revogação da Lei 156/2016 (que estabelece um plano de auxílio aos Estados com o alongamento do prazo de pagamento da dívida);
- Paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas;
- Isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes;
- Incorporação de todas as gratificações produtivistas.

Condições de Trabalho e Financiamento

- Pela manutenção da estabilidade dos servidores públicos. Arquivamento imediato do PL 248/95 e PLS 116, e de todos os projetos que atacam a estabilidade. Exigir julgamento favorável da ADI 3238 que tramita no STF;
- Liberação de dirigentes sindicais com ônus para o estado, sem prejuízo das promoções e progressões na carreira e demais direitos trabalhistas. Pela revogação do Ofício MPOG 605/16-MP e garantia da manutenção do servidor na folha de pagamento;
- Retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos SPF e aprovação imediata dos projetos de interesse dos SPF;
- Criação de novas vagas para concurso público pelo RJU e reposição imediata de cargos vagos por exoneração, falecimento ou aposentadoria;
- Rejeição do PLP 459/2017, que desvia o fluxo da arrecadação tributária durante o percurso pela rede bancária, provocando dano irreparável ao orçamento público;
- Revogação da lei de criação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Organizações Sociais (OS);
- Fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços e servidores públicos;
- Regulamentação da jornada de trabalho no serviço público, para o máximo de 30 horas semanais, sem redução de salário;
- Garantir acessibilidade aos locais de trabalho no serviço público;
- Contra a exigência de controle de ponto por via eletrônica no serviço público;
- Pelo cumprimento dos Termos de acordo nº 01, 03, 04, 07, 08, 09, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 23/2015 e 10/16 (Condsef e Asmetro-SN), nº 02/15 (CNTSS e Fenaps), nº 05/15 (Fasubr), nº 20/15 (Asfoc-SN), nº 28/15 (Assibge), nº 25/15 (Unacon-Sindical), nº 29/15 (Sinpecpf), nº 31/15 (Sinal e Sintbacen) nº 02/16 (Sindfisco-Nacional), nº 03/16 (SINDRECEITA), nº 04/16 (Sinait), nº 05/16 (Fenaprf), nº 06/16 (Anffa-Sindical) e Lei 13.464/17 assinados com o Governo Federal;
- Garantia plena da licença capacitação e qualificação do servidor público.



Foto: Fábria Corrêa

Pauta da Campanha Salarial de 2019

- Correção salarial com aplicação de índice até janeiro de 2020 (Índice do Dieese e Sinal, próximo de 33%);
- Extensão do índice da Lei 13.464/2017 para todos os servidores federais;
- Aplicação do valor de, no mínimo, 50% per capita da UNIÃO para a manutenção de plano de saúde dos servidores.

Campanhas

- Defender a justiça do trabalho e a recriação do Ministério do Trabalho;
- Pela criminalização da Lgbtfofia;
- Campanha pela valorização dos trabalhadores da educação, contra o movimento Escola sem Partido e protocolo intitulado da lava-jato da educação;
- Campanha em defesa dos atingidos pela Vale e estatização da Vale.

FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO! ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU!
Confira a prestação de contas em nosso site:
www.sindsef-sp.org.br



Greve Geral, em defesa da aposentadoria digna para todos!

Professores Municipais de São Paulo mostram o caminho!

A pesar de ter contado com grande apoio da população e de ter sido eleito presidente, Bolsonaro apresentou seu projeto de Reforma da Previdência ao congresso Nacional, já atravessando um momento de muita crise e instabilidade em seu governo. Em menos de 60 dias, desde a posse, são inúmeros os escândalos e trapalhadas envolvendo sua equipe. Os ministros de Bolsonaro não passam um único dia sem se envolver em confusões e são motivo de escárnio e desmoralização para o governo. A queda do Secretário Geral da Presidência fez vir à tona temas de desvio de dinheiro, através de candidaturas laranjas no último processo eleitoral. Isso se soma também às denúncias de corrupção do motorista do filho de Bolsonaro, suspeito de envolvimento com milicianos ligados ao assassinato de Marielle.

Mesmo desnorteado, esse governo não vai deixar de usar a força bruta para impor sua política. A polarização e os enfrentamentos tendem a aumentar. Bolsonaro vai tentar aplicar um projeto altamente destrutivo e predatório, com um alto patamar de precarização do trabalho, rebaixamento de salários e aposentadorias, empobre-



cimento da classe média, ampliação da desigualdade social e da miséria. Esse projeto inclui uma expansão da fronteira agrícola e da mineração, expulsando de forma violenta indígenas, camponeses pobres, sem terras e quilombolas do campo e das florestas, arrebentando ainda mais o meio ambiente. Vai manter alto o desemprego e ampliar a barbárie, exigindo um patamar ainda maior de violência contra os pobres. Vai se valer do aumento da repressão do Estado, da criminalização dos movimentos e da liberação de forças para que milicianos e jagunços armados persigam a juventude pobre e

negra da periferia, indígenas, sem-terras, quilombolas e setores populares. Vai estimular que grupos proto-fascistas ataquem LGBTs, mulheres e demais setores oprimidos. Vai aumentar o genocídio e o encarceramento em massa da juventude pobre e negra das periferias, através da Lei Anti Crime apresentada por Sérgio Moro. Tentará impor um processo superior de criminalização e repressão ao movimento. Vai associar a luta ideológica da extrema direita à tentativa de censura e de implantação de projetos reacionários como o Escola sem Partido.

Se o quadro nacional é caótico, a situação dos estados também não é boa. Muitos estão praticamente falidos, sofrendo com o desmantelamento dos serviços públicos básicos, decadência, explosão de violência e barbárie. Um traço comum que atravessa todos os estados e coloca crise no pacto federativo é a dívida, o ajuste fiscal e a lei de responsabilidade fiscal.

Mina Gerais, começou o ano com Brumadinho, além de estar devendo o salário do funcionalismo. O Rio, o

estado mais em crise, depois de tudo, começou 2019 com mortes pelas chuvas e mortes pela PM em uma chacina em Santa Tereza. Mesmo São Paulo, o estado mais rico da federação, termina 2018 e começa 2019 com um ataque duríssimo da prefeitura às aposentadorias do funcionalismo.

Mas os trabalhadores não deixam de lutar. Em São Paulo, os professores, profissionais da saúde, assistentes sociais, engenheiros, trabalhadores de diversas categorias, mostram o caminho das lutas e seguem paralisados desde o dia 04 de fevereiro, exigindo a revogação do Sampaprev, a Reforma da Previdência do Município. Entendemos que, para que o movimento saia vitorioso dessa greve, é muito importante que ele se some ao calendário nacional de mobilização, junto com as demais categorias. É preciso ir além da revogação do Sampaprev e derrotar também a reforma da Previdência do governo Bolsonaro. Esses governos estão unidos para atacar os direitos dos trabalhadores e tem como política a privatização do serviço público.

A maioria da população é contra a Reforma da Previdência, inclusive os eleitores de Bolsonaro, conforme apontam pesquisas divulgadas pela grande imprensa. Podemos dizer que há espaço e possibilidade de derrotarmos o governo e sua reforma. Para isso é decisivo que se construa a mais ampla unidade de ação e que se comece a preparar as condições para a realização de uma Greve Geral em nosso país, único instrumento que pode tornar possível barrar o governo e sua medida de destruição das aposentadorias e benefícios previdenciários, bem como de toda a proteção contida no





sistema de seguridade social conquistado pela luta de nosso povo. O movimento “por baixo”, contra a reforma e em defesa da construção da Greve Geral, deve seguir combinado com a necessidade da busca pelo envolvimento unitário de todas as organizações do movimento de massas de nosso país, como, por exemplo, a experiência do Fórum das Centrais Sindicais, ou outras frentes, coletivos ou comitês de luta (em nível nacional, estadual, regional ou local).

No dia que Bolsonaro entregou o texto da Reforma da Previdência, cerca de cinco mil trabalhadores, con-

vocados por oito centrais sindicais de nosso País, realizaram a “Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora contra a Reforma da Previdência e em Defesa da Aposentadoria”. Esse evento unitário das centrais, agrupando as entidades do conjunto da classe trabalhadora, mostrou-se como um importante contraponto aos ataques do governo. É preciso avançar na construção de uma jornada nacional de lutas contra a Reforma da Previdência que resulte em um dia nacional de paralisações, manifestações e protestos, rumo à construção e realização da Greve Geral.



Foto: Fátima Corrêa

DEFENDEMOS:

- Construir a Greve Geral contra a Reforma da Previdência;
- Por um plano emergencial de geração de emprego, com direitos e salário digno;
- Revogação da Reforma Trabalhista e da lei das terceirizações;
- Defesa do Ministério do Trabalho e Não a Carteira de Trabalho “verde-amarela”, sem direitos;
- Contra as privatizações; Reestatização, sem indenização, das empresas privatizadas pelos governos anteriores; Contra a Privatização da Petrobrás, Correios, Eletrobrás, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e demais estatais;
- Defesa da valorização dos Serviços e Servidores públicos; Pela realização de mais concursos públicos e defesa da estabilidade do funcionalismo Federal, Estadual e Municipal;
- Em defesa dos povos nativos: Proteção aos povos originários e sua cultura; Em defesa da demarcação de Todas as Terras Indígenas e titulação de todas as terras Quilombolas;
- Reforma agrária, sem indenização do latifúndio ou agronegócio e com controle dos trabalhadores; Defesa do fortalecimento com financiamento público, assistência técnica e política de infraestrutura e comercialização para a agricultura familiar;
- Não a criminalização das lutas e dos Lutadores: Pela revogação da atual lei “antiterrorismo” e contra a tentativa de seu aprofundamento com a tipificação deste crime para as lutas por terra e moradia; Pelo direito a auto defesa; Lutar não é Crime; Lutar é um Direito;
- Não ao Pacote Moro que dá licença para matar e encarcerar a juventude negra e criminalizar os movimentos sociais;
- Revogação imediata da LC-95 e retomada dos investimentos em Saúde, Educação, Moradia e Saneamento básico;
- Em defesa das liberdades democráticas, direito de organização, manifestação e greve;
- Contra a escola sem Partido, por uma Escola sem Mordada! – Incorporar-se e fortalecer as ações e comitês;
- Suspensão e auditoria imediata do pagamento da dívida pública;
- Não à Corrupção: Punição e confisco dos bens de todos os corruptos e corruptores.

Avançam os preparativos do dia 22 de março, Dia Nacional de Lutas contra a Reforma da Previdência!

No dia 28/02, as centrais sindicais se reuniram na sede do Dieese, no centro de São Paulo, para avançar na organização da luta em defesa da aposentadoria e da Previdência Pública.

A reunião organizou e detalhou a preparação de 22 de março, Dia Nacional de Mobilizações contra a Reforma da Previdência e rumo à Greve Geral.

As iniciativas têm como objetivo preparar o dia 22 de março e aprofun-

dar a campanha contra a Reforma da Previdência.

Entre as propostas está a realização da Jornada Nacional de Debate: “Sobre a Reforma da Previdência” nos estados. As atividades serão organizadas pelo Dieese e as respectivas instâncias estaduais das Centrais.

A ampliação da mobilização a partir da unidade com os movimentos sociais e trabalhadores do transporte especificamente são duas ações importantes para o fortalecimento da

campanha contra a reforma e para a preparação do dia de luta.

“A unidade entre as entidades sindicais e os movimentos sociais não só fortalece o dia de mobilização rumo à Greve Geral, com a participação de mais organizações, como também leva o tema para a classe trabalhadora e detalha o desastre que a Reforma de Bolsonaro representa para todos nós”, reforça o dirigente da SEN (secretaria Executiva Nacional) da CSP-Conlutas Atnágoras Lopes.





Ex-MTb

Atividades do extinto Ministério do Trabalho foram distribuídas em diferentes órgãos

As atividades desenvolvidas pelo extinto Ministério do Trabalho foram pulverizadas em diferentes órgãos ministeriais. No Ministério da Economia criaram a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e, logo abaixo no organograma, a Secretaria do Trabalho.

O governo levou um mês para publicar o apostilamento com a distribuição dos cargos de chefias. Porém, até o fechamento desta edição, os servidores ainda aguardavam a publicação do decreto com a nova estrutura e a portaria com as atribuições.

Enquanto isso os trabalhadores se desdobram para dar conta de suas

atribuições, mesmo diante do mar de incertezas e angústias que enfrentam desde a confirmação da extinção do MTb.

Os dirigentes do Sindsef-SP criticam a forma como as mudanças estão sendo construídas: de forma unilateral, somente com os secretários nomeados pelo governo e excluindo justamente aqueles que serão os mais afetados com a nova estrutura e que lidam diretamente com a população.

No dia 06/02, membros da comissão que representa a categoria se reuniram com o Superintendente Regional Marcos Melchior para buscar informações. No entanto, na reunião poucas dúvidas foram sanadas, já

que as informações estão centralizadas na alta cúpula.

No mesmo dia, Melchior esteve na assembleia dos servidores e se comprometeu em manter um canal de diálogo com o Sindsef-SP, com o objetivo de compartilhar as informações e oferecer aos servidores a possibilidade de opinar sobre as pos-

síveis mudanças que afetarão as suas vidas.

O Sindsef-SP defende a permanência de todas as unidades de atendimento, visando a qualidade dos serviços prestados à população; e, também, para preservar os servidores que terão suas vidas impactadas pelas possíveis mudanças.



Emendas pedem a recriação do MTb

A MP 870/2019, que modificou a estrutura ministerial do Executivo, recebeu 541 propostas de Emendas. Apesar de já estar em vigor desde o dia 1º de janeiro, ela ainda precisa ser validada na Câmara e no Senado para se converter em lei.

Diferentes senadores e deputados pedem a supressão dos artigos da MP 870/2019 que tratam do fim do Ministério do Trabalho. Eles argumentam que a extinção da Pasta vio-

la uma série de direitos. O senador Paulo Paim foi mais direto e propôs a recriação do MTb com todas as suas atribuições.

O prazo para emendas terminou no dia 11 de fevereiro, mas a proposta precisa passar por uma comissão mista, formada por deputados e senadores, para depois ser analisada separadamente pelos Plenários da Câmara e do Senado. A comissão já foi formada, mas ainda não foi instalada.

SRTE

As chuvas que assolam São Paulo têm causado transtornos aos servidores e usuários do prédio da Superintendência, com constantes alagamentos da área onde fica o atendimento do Seguro-desemprego.

Para solucionar o problema e oferecer um ambiente mais seguro aos trabalhadores e a população, no final de fevereiro foi dado início a reforma do espaço. Até a conclusão da obra o atendimento será realizado no 7º andar.

M.S.

Restabelecido o Adicional de Insalubridade a os Guardas de Endemias e Agentes de Saúde

Uma boa notícia para os Agentes de Saúde e Guardas de Endemias do Ministério da Saúde! Após questionamento do Sindsef-SP sobre o Adicional de Insalubridade, que foi cortado no pagamento de janeiro, foi publicada portaria restabelecendo a gratificação aos vencimentos dos servidores.

A notícia foi dada aos representantes do Sindsef-SP, que estiveram

reunidos, no dia 14/02, com a representante do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde.

Os mata-mosquitos, como são popularmente conhecidos, foram surpreendidos com a redução salarial nos proventos recebidos em fevereiro, referente ao Adicional de Insalubridade do mês de janeiro. Logo acionaram o departamento jurídico do Sindicato, que prontamente estabeleceu contato

com o núcleo regional do MS para buscar solucionar o problema.

Segundo o MS, o corte de salário afetou 56 servidores. Com base na legislação vigente e Orientação Normativa nº 4, de fevereiro de 2017, foi publicada a portaria NE/SP com os nomes dos 50 servidores que tiveram os valores restabelecidos, após o encaminhamento da ficha descritiva das atividades prestadas, devidamente as-

sinada pelo trabalhador e pela chefia imediata.

O diretor do Sindsef-SP, Willami Andrade, confirmou que os valores já constam da prévia do contracheque, inclusive o retroativo referente ao mês de janeiro. No entanto, seis trabalhadores ainda precisam encaminhar a documentação necessária para voltar a receber o devido Adicional de Insalubridade.



APOSENTADOS

Contra a MP 871/2019 e a reforma da previdência

No Dia dos Aposentados, 24/01, servidores públicos em São Paulo realizam um protesto no Centro da cidade onde repudiaram as ameaças de novas alterações nas regras do sistema de aposentadorias e pensões.

Os principais alvos do ato foram a Medida Provisória 871/2019 e a reforma da Previdência – anunciada como prioridade para, entre outras medidas, aumentar a taxação dos aposentados de 11% para 14%, dificultar o acesso ao direito à aposentadoria e aumentar o tempo de serviço.

O ato percorreu ruas do Centro antigo da capital e foi encerrado em frente à superintendência do INSS,

onde foi protocolado um documento com as reivindicações defendidas pelo Fórum dos Servidores Públicos no Estado de São Paulo. A pauta dos aposentados também foi levada ao Serviço de Gestão de Pessoas do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo, na Avenida 9 de julho.

Dentre as reivindicações que constam no documento estão, por exemplo, a paridade salarial entre servidores ativos, aposentados e pensionistas e a integralidade das gratificações produtivistas a todos servidores, com a extensão dos efeitos da Lei 13.326 de julho de 2016.



I Encontro Estadual dos Trabalhadores do Setor Público

Representantes de diferentes categorias do setor público reuniram-se no dia 16 de fevereiro, no Sindicato dos Metroviários de São Paulo, a fim de traçar estratégias para enfrentar os ataques do governo ao serviço público e aos direitos dos trabalhadores, como a reforma da Previdência e a nova legislação trabalhista.

Servidores ativos e aposentados da ANTT, Ex-LBA, Funai, Fundacentro, Ibama, Incra, Ipen, Ministério da Defesa, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho acompanharam o debate tão pertinente nas lutas que estão sendo travadas.

O encontro foi organizado pelo Fórum dos Trabalhadores do Setor



Público no Estado de São Paulo, do qual o Sindsef-SP participa ativamente e que ainda conta com a adesão de entidades representantes do funcionalismo municipal, estadual e federal, e também de trabalhadores públicos contratados em regime celetista.

IPEN

Luta pela manutenção do Adicional de Radiação Ionizante continua



Além de não ter reajuste salarial, os servidores públicos estão tendo que brigar para não perder parte dos salários. No final de 2018, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, soltou um comunicado que iria suspender o pagamento dos chamados “adicionais ocupacionais” para todos os servidores até elaboração de novos laudos ambientais. A intenção era fazer valer a Orientação Normativa nº 04, de fevereiro de 2017.

No caso dos servidores da CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), estamos falando do Adicional de Radiação Ionizante e significaria uma redução de 20% do salário. Visando impedir prejuízos financeiros para os trabalhadores, o Sindsef-SP e a Assipen entraram com ação civil pública pedindo a manutenção do adicional.

Em janeiro, o Departamento Jurídico conquistou uma significativa vitória com o deferimento do “pedido de tutela antecipada, para suspender a determinação de limitar o pagamento do adicional de radiação ionizante somente aos substituídos que trabalhem em áreas controladas ou supervisionadas, com a manutenção da atual sistemática de pagamento, até ordem contrária proferida nesta ação”.

A luta para encerrar de vez essa ameaça continua e os representantes da categoria também buscam resolver pela via administrativa. Nesse sentido, no início de fevereiro, representantes do Fórum de Ciência e Tecnologia, juntamente com representantes das Associações de Servidores do setor, conseguiram se reunir com o secretário executivo do MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), Julio Semeghini.

Na ocasião foi entregue uma carta, endereçada a Marcos Pontes, Ministro da Pasta, com o objetivo de apontar as inconsistências existentes na ON 04/2017. A mudança proposta restringe direitos dos servidores, que há décadas dedicam suas vidas a Instituição, trabalhando sob o permanente risco de exposição à radiação nuclear.

O secretário se mostrou preocupado e se comprometeu a convocar o Presidente da CNEN para pedir explicações e buscar uma possível solução para o caso pela via administrativa. Entretanto, não há informações sobre esse encontro.

Porém, em 12 de março, o Fórum de C&T volta a se reunir e no dia seguinte serão recebidos pelo secretário onde esperam avançar para encerrar de vez essa questão.



08 DE MARÇO

Dia Internacional de Luta das Mulheres

Basta de Feminicídio e Violência Contra as Mulheres!

Bolsonaro/PSL quer arrancar o couro dos trabalhadores, retirando mais direitos e sabe que para conseguir isso, precisa impedir as lutas. Nesse caso, imobilizar os setores oprimidos é determinante.

Por isso pretende, na base da repressão, acabar com o direito das mulheres, negros e negras, camponeses, índios, quilombolas e LGBTs se mobilizarem por suas pautas. Fruto desse discurso, estamos assistindo a brutais episódios, com agressões, espancamentos e até assassinato de pessoas pelo fato de expressarem sua oposição a esse projeto excludente, opressor e defensor do fim das liberdades.

Uma em cada 3 mulheres no mundo

já sofreu violência física e/ou sexual e 60 mil mulheres morrem por ano, vítimas de feminicídios; quase metade delas, vítimas dos próprios parceiros ou algum homem da família.

Cerca de 120 milhões de garotas em todo o mundo já foram vítimas de abuso sexual. As agressões físicas e psicológicas e os feminicídios, os estupros, incluindo estupros corretivos contra as LGBTs, e outras formas de assédio; as mutilações genitais, os matrimônios forçados e o tráfico de pessoas para a exploração sexual são os tipos de violências mais comuns cometidas contra mulheres.

Qualquer conduta – ação ou omissão – de discriminação, agressão ou

coerção, ocasionada pelo simples fato de a vítima ser mulher e que cause dano, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político ou econômico é uma violência contra a mulher.

A luta contra todas as formas de opressão é parte da luta contra a exploração e, portanto, é uma tarefa de homens e mulheres da classe trabalhadora. As ruas estão se transformando cada vez mais num palco onde o grito das mulheres ecoa com enorme força e se transforma em motor de novas lutas, servindo, inclusive, de impulso ao conjunto da classe trabalhadora para lutar contra os governos e seus ataques, como as gigantescas



manifestações do 08M em 2017, que deram o impulso necessário para que em 28 de abril ocorresse a maior greve geral realizada no país desde 1989.

É fundamental cerrarmos fileiras em torno desse movimento e impulsioná-lo.

14 DE MARÇO

Dia Nacional contra a criminalização dos movimentos e lutadores sociais

Dia Marielle Franco contra o genocídio da mulher negra!

No dia 14 de Março completa-se um ano da brutal execução de Marielle e Anderson, sem que ninguém tenha sido responsabilizado ou punido pelo crime. A placa de Marielle Franco, partida e exposta ao público como um troféu nas mãos do deputado estadual eleito pelo Rio de Janeiro,

Rodrigo Amorim, foi uma afronta aos direitos humanos e à vida das mulheres negras.

As investigações sobre o crime precisam avançar! Por isso, não podemos deixar de registrar as recentes denúncias, veiculadas nos meios de comunicação, de que uma milícia

envolvida com a execução de Marielle e Anderson tem ligações com Flávio Bolsonaro.

É preciso investigar o caso e punir os responsáveis, tanto os executores como os mandantes que, como disse na época o então ministro da Segurança Pública, Raul Jugman,

tem o envolvimento de “políticos poderosos”.

Os assassinatos de mulheres, negras, LGBT's e faveladas, como Marielle, não vão parar se não nos rebelarmos contra aqueles que são os verdadeiros responsáveis por mais esta morte.

21 DE MARÇO

Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial

Onde se constrói senzala, podem ser erguidos quilombos!

A eleição de Bolsonaro acendeu o alerta para quem vive nas periferias urbanas e para quem luta pelo direito à terra no campo. Este governo promete tratar assassinos de fardas como heróis nacionais, grupos de extermínio como guardiões da ordem e a escola pública como quartéis infanto-juvenis. O papo é reto: tirar o Estado do banco dos réus, entregar as riquezas do país ao capital estrangeiro e institucionalizar o genocídio contra o povo negro e pobre como prática natural, generalizando gru-

pos de justiceiros por todo o país. Flávio Bolsonaro, eleito senador pelo Rio de Janeiro, votou contra a instalação de uma CPI das milícias da Assembleia do Rio em 2007. Já o seu pai fez exaltação aos justiceiros que cobravam R\$ 50 para assassinar jovens na Bahia. “Quero dizer aos companheiros da Bahia que, enquanto o Estado não tiver coragem de adotar a pena de morte, o crime de extermínio, no meu entender, será muito bem-vindo”, disse na Câmara em 2003. Porém, agora ele não é mais

um deputado gangster tagarelando no plenário. Ele é o presidente do Brasil, que defende a política do confronto e da matança de pobres. Tão logo venceu a eleição, foi a Israel negociar armamentos que exterminam palestinos na faixa de Gaza. Essas armas serão usadas na guerra social contra jovens negros nas periferias do Brasil e contra a classe trabalhadora que lutará pelo direito à aposentadoria. A política econômica de Paulo Guedes caminha na direção de transformar o Brasil num quintal dos Estados Uni-

dos, entregar tudo o que for possível ao capital estrangeiro, retirar direito dos trabalhadores, aprovar a Reforma da Previdência e tratar as sequelas sociais dessa política econômica com rajadas e cadeias superlotadas. A construção da frente única para lutar se impõe como tarefa para ontem. O enfrentamento aos esquadrões da morte passará também pela organização da nossa autodefesa coletiva. Já passa da hora de enfrentar a casa grande, erguendo as barricadas de um quilombo de confiança.